



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Rod. Iguatu Varzea Alegre, km 05 s/n - Bairro Vila Cajazeiras - CEP 63500-000 - Iguatu - CE - www.ifce.edu.br

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026.

(Processo Administrativo nº 23266.005560/2025-00)

OBSERVAÇÃO: LICITAÇÃO COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Torna-se público que o(a) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE, CAMPUS IGUATU, por meio do(a) **Central de Compras Sertão**, sediado(a) Rodovia Iguatu-Várzea Alegre, km 05 s/n - Bairro Vila Cajazeiras - CEP 63500-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 386.721,81 (trezentos e oitenta e seis mil setecentos e vinte e um reais e oitenta e um centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 12/05/2026 às 08:00 **(horário de Brasília)**

LOCAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br> - [Compras.gov.br](https://www.gov.br/compras/pt-br) - [O maior site de compras públicas do Brasil — Portal de Compras do Governo Federal \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/compras/pt-br)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado.

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM.

OBSERVAÇÃO: LICITAÇÃO COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: NÃO.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais de expediente e outros insumos básicos para atender necessidade do IFCE, Campus Iguatu, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e demais anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões

são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. A participação nesta licitação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.10.2 deste Edital.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

- 5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
- 5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.6 ou 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar os valores mínimo e máximo estabelecidos na tabela constante no termo de referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do

desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7 . DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 10,00 (dez reais).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o

autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1. empresas brasileiras;

7.23.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.25.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicafe;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após

diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração Pública.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.10. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.10.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.12.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.12.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.10.1.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato ou outro instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 (dois) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **2 (dois)** dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no

sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.1.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.1.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.1.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.1.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://ifce.edu.br/sei>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração

de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **dadm.iguatu@ifce.edu.br**.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - <https://www.gov.br/compras/pt-br> - e no endereço eletrônico <https://ifce.edu.br/se>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Anexo I do Termo de Referência - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.1.2. Anexo II do Termo de Referência - Termo de ciência e concordância;

16.11.1.3. Anexo III do Termo de Referência - Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II - Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.3. Anexo III - Minuta de Termo de Contrato;



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Heber da Silva, Diretor(a) Geral do Campus Iguatu**, em 27/04/2026, às 08:59, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **8692713** e o código CRC **EE45EA85**.

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA - TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

(SEI 8693269)

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(SEI 8693621)

ANEXO II DO EDITAL

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE, CAMPUS IGUATU.

Processo Administrativo nº 23266.005560/2025-00

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

O(A) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE, CAMPUS IGUATU, com sede no(a) Rodovia Iguatu-Várzea Alegre, km 05 s/n - Bairro Vila Cajazeiras - CEP 63500-000, na cidade de Iguatu - CE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.744.098/0008-11, neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90003/2026, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 23266.005560/2025-00, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.DO OBJETO

1.1.A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de materiais de expediente e outros insumos básicos para atender necessidade do IFCE, Campus Iguatu, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo XX do edital de licitação n.º

xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1.O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2.A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3.ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1.O órgão gerenciador será o(a) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE, CAMPUS IGUATU.

Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4.DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2.É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5.VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1.A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1.Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2.A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3.Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o

art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução

dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7.NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1.Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3.O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4.Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5.Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6.Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7.Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9.CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1.O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4.O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10.DAS PENALIDADES

10.1.O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2.É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3.O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11.CONDIÇÕES GERAIS

11.1.As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

ANEXO III DO EDITAL

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE, CAMPUS IGUATU

(Processo Administrativo nº 23266.005560/2025-00)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE, CAMPUS IGUATU, por intermédio do(a) [órgão contratante], com sede no(a) Rodovia Iguatu-Várzea Alegre, km 05 s/n - Bairro Vila Cajazeiras - CEP 63500-000, na cidade de Iguatu/CE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.744.098/0008-11, neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de materiais de expediente e outros insumos básicos para atender necessidade do IFCE, Campus Iguatu, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

- 8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 1 (um) mês;
- 8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei

para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.16. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.17. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.19. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge,

companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Iguatu, Seção Judiciária do Ceará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Rod. Iguatu Varzea Alegre, km 05 s/n - Bairro Vila Cajazeiras - CEP 63500-000 - Iguatu - CE - www.ifce.edu.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo: 23266.005560/2025-00

Interessado: Coordenadoria de Almoxarifado - Campus Iguatu

OBSERVAÇÃO: LICITAÇÃO COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para aquisição de materiais de expediente e outros insumos básicos para atender necessidade do IFCE, Campus Iguatu, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTD. MÍNIMA	QTD. MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	APAGADOR: Material Corpo: Plástico Reciclado Comprimento: 15,50 Cm Largura: 5 Cm Altura: 3,30 cm - 1000	425330	UNIDADE	1	1000	R\$ 10,39	R\$ 10.390,00
2	AVENTAL DESCARTÁVEL: Material: Tnt Modelo: Unisex Impermeável Manga Longa, Punho Com Elástico, Tira Na Cintura Tamanho:Único - 200 pacotes c/10 und	481513	PACOTE	1	200	R\$ 21,61	R\$ 4.322,00
3	BALÃO COLORIDO: Material: balão de festa Borracha Natural, Látex Cor: Liso, C/ Cor Variada Tamanho:Nº 7 - 100 pacotes c/ 50 und	602196	PACOTE	1	100	R\$ 8,32	R\$ 832,00
4	BALÃO VERDE: Material: Balão de festa Borracha Cor:Verde - 100 pacotes c/ 50 und	300936	PACOTE	1	100	R\$ 9,02	R\$ 902,00
5	BALÃO BRANCO: Material: Balão de festa Borracha Cor: BRANCO - 100 pacotes c/ 50 und	240858	PACOTE	1	100	R\$ 8,23	R\$ 823,00
6	BALÃO VERMELHO: Material: Balão de festa Borracha Cor: VERMELHO - 100 pacotes c/ 50 und	240859	PACOTE	1	100	R\$ 8,02	R\$ 802,00
7	CADERNO: Material: Celulose Vegetal Material Capa: Capa Dura Folhas: 200 FL Comp: 200 MM - 100	413165	UNIDADE	1	100	R\$ 21,89	R\$ 2.189,00
8	CANETA AZUL: Caneta Esferográfica Material: Plástico Reciclado Atóxica, Corpo Cilíndrico Esfera De Tungstênio Tipo Escrita: grossa - 20 CX C/ 50 UND	428528	CAIXA	1	20	R\$ 49,73	R\$ 994,60
9	CANETA PRETA: Caneta Esferográfica Material: Plástico Reciclado Atóxica, Corpo Cilíndrico Esfera De Tungstênio Tipo Escrita:grossa - 20 CX C/ 50 UND	428529	CAIXA	1	20	R\$ 47,42	R\$ 948,40
10	CANETA VERMELHA: Caneta Esferográfica Material: Plástico Reciclado Atóxica, Corpo Cilíndrico Esfera De Tungstênio Tipo Escrita: Grossa Cor Tinta: vermelha - 20 CX C/ 50 UND	428530	CAIXA	1	20	R\$ 49,24	R\$ 984,80
11	CANETINHAS COLORIDAS: Caneta Hidrográfica Material: Plástico Cor Carga: Variada Caixa 24 Cores Lavavel.Ponta: Feltro Espessura Esc: Grossa - 400 CX C/ 12 UND	485370	CAIXA	1	400	R\$ 9,48	R\$ 3.792,00
12	CARTOLINA AMARELA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 140 G/M2 Comprimento: 660 Mm Cor: - 6 PACOTES C/ 100 UND	430361	PACOTE	1	6	R\$ 95,43	R\$ 572,58

13	CARTOLINA AZUL: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 140 G/M2 Comprimento: 660 Mm Cor: Azul Largura: 500 Mm - 6 PACOTES C/ 100 UND	430360	PACOTE	1	6	R\$ 111,14	R\$ 666,84
14	CARTOLINA BRANCA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 150 G/M2 Comprimento: 660 Mm Cor: Branca Largura: 500 Mm - 10 PACOTES C/ 100 UND	412252	PACOTE	1	10	R\$ 100,39	R\$ 1.003,90
15	CARTOLINA ROSA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 150 G/M2 Comprimento: 660 Mm Cor: Rosa Largura: 500 Mm - 6 PACOTES C/ 100 UND	245270	PACOTE	1	6	R\$ 98,92	R\$ 593,52
16	CARTOLINA VERDE: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 150 G/M2 Comprimento: 660 Mm Cor: Verde Largura: 500 Mm - 6 PACOTES C/ 100 UND	245267	PACOTE	1	6	R\$ 108,53	R\$ 651,18
17	CLÍPER: Tratamento Superficial: Niquelado Tamanho: 4 Metal FormatoParalelo Pintura Antiferrugem - 100 CX com 50 unidades	300546	CAIXA	1	100	R\$ 2,78	R\$ 278,00
18	CLÍPER: Tratamento Superficial: Niquelado Tamanho: 6 Metal FormatoParalelo Pintura Antiferrugem - 100 CX com 50 unidades	274804	CAIXA	1	100	R\$ 2,89	R\$ 289,00
19	COLA BRANCA: Aplicação: Papel, Couro E Tecido Cor: Branca Lavável E Atóxica Composição: Base Água BISNAGA 40g - 400	339516	UNIDADE	1	400	R\$ 2,41	R\$ 964,00
20	COLA COLORIDA: Aplicação: Papel, Couro E Tecido Cor: Branca Lavável E Atóxica Composição: Base - 400	339516	UNIDADE	1	400	R\$ 2,79	R\$ 1.116,00
21	COLA GLITTER: Cor: Variada Tipo: Glitter Com Aplicador, Não Tóxica, Solúvel Em Água Polímero De Acetato De Polivinila E Aditivos - 200 CX C/ 6 UND	294408	CAIXA	1	200	R\$ 16,34	R\$ 3.268,00
22	COLA PARA ISOPOR 40G: Aplicação: Isopor Cor: Incolor Tipo: Líquido Características Adicionais: Lavável, Não Tóxica Polivinil Acetato - Pva BISNAGA 40 G - 400	335529	UNIDADE	1	400	R\$ 3,94	R\$ 1.576,00
23	COLA PARA ISOPOR 90G: Aplicação: Isopor Cor: Incolor Tipo: Líquido Características Adicionais: Lavável, Não Tóxica Polivinil Acetato - Pva BISNAGA 90 G - 400	335529	UNIDADE	1	400	R\$ 5,29	R\$ 2.116,00
24	COLHER DESCARTAVEL: Plástico Cor: Branca Aplicação: Refeição Características : Resistente, Tamanho Adulto - 50 PACOTES COM 50 UND	339680	PACOTE	1	50	R\$ 3,34	R\$ 167,00
25	GARFO DESCARTÁVEL: Material: Plástico Tipo: Garfo Aplicação: Refeição Cor: Branca - 40 PACOTES COM 50 UND	304509	PACOTE	1	40	R\$ 4,09	R\$ 163,60
26	FACA DESCARTÁVEL: Material: Plástico Tipo: Faca Aplicação: Copa E Cozinha Cor: Cristal - 40 PACOTES COM 50 UND	310969	PACOTE	1	40	R\$ 3,80	R\$ 152,00
27	COPO DESCARTÁVEL: Material: Plástico 150 MI Aplicação: Água - 2000PACOTES COM 100 UND	451994	PACOTE	1	2000	R\$ 4,74	R\$ 9.480,00
28	COPO DESCARTÁVEL: Plástico Capacidade: 50 MI Aplicação: Café - 1000 PACOTES COM 100 UND	254007	PACOTE	1	1000	R\$ 2,95	R\$ 2.950,00
29	ESTILETE: Tipo: Lâmina Retrátil Espessura: 18 Mm Material Corpo: Plástico Características Adicionais: 1 Trava Automática E 1 Trava Manual - 200	411771	UNIDADE	1	200	R\$ 4,64	R\$ 928,00
30	EVA- MARROM: Borracha Eva Comprimento: 60 Cm Largura: 40 Cm Espessura: 2 Cm - 60 PACOTES COM 10 UND	384501	PACOTE	1	60	R\$ 14,71	R\$ 882,60

31	EVA-AMARELO: Borracha Eva Comprimento: 60 Cm Largura: 40 Cm Espessura: 2 Cm - 60 PACOTES COM 10 UND	262743	PACOTE	1	60	R\$ 13,70	R\$ 822,00
32	EVA-AZUL: Borracha Eva Comprimento: 48 Cm Largura: 40 Cm - 60 PACOTES COM 10 UND	386010	PACOTE	1	60	R\$ 14,23	R\$ 853,80
33	EVA-BRANCO: Borracha Eva Comprimento: 48 Cm Largura: 40 Cm - 60 PACOTES COM 10 UND	333470	PACOTE	1	60	R\$ 17,00	R\$ 1.020,00
34	EVA-ROSA: Borracha Eva Comprimento: 48 Cm Largura: 40 Cm Espessura: 2 - 60 PACOTES COM 10 UND	410946	PACOTE	1	60	R\$ 15,55	R\$ 933,00
35	EVA-VERDE: Borracha Eva Comprimento: 48 Cm Largura: 40 Cm - 60 PACOTES COM 10 UND	386011	PACOTE	1	60	R\$ 14,36	R\$ 861,60
36	EVA PRETO: PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL:BORRACHA EVA, COMPRIMENTO:60 CM, LARGURA:40 CM, ESPESSURA:2 CM, PADRÃO:LISO, COR:AZUL, APLICAÇÃO:CONFECÇÃO DE PAINEIS - 60 PACOTES COM 10 UND	293207	PACOTE	1	60	R\$ 15,61	R\$ 936,60
37	EVA LILÁS: PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL:BORRACHA EVA, COMPRIMENTO:89 CM, LARGURA:56 CM, ESPESSURA:2 MM, PADRÃO:LISO, COR:LILÁS - 60 PACOTES COM 10 UND	296906	PACOTE	1	60	R\$ 14,18	R\$ 850,80
38	EVA LARANJA: PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL:BORRACHA EVA, COMPRIMENTO:60 CM, LARGURA:40 CM, ESPESSURA:2 CM, PADRÃO:LISO, COR:LARANJA, APLICAÇÃO:CONFECÇÃO DE PAINEIS - 60 PACOTES COM 10 UND	262741	PACOTE	1	60	R\$ 14,25	R\$ 855,00
39	EVA GLITER DOURADO: PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL:BORRACHA EVA, COMPRIMENTO:60 CM, LARGURA:40 CM, ESPESSURA:2 MM, PADRÃO:GLITTERIZADO, COR:VARIADA - 60 PACOTES COM 10 UND	434953	PACOTE	1	60	R\$ 33,95	R\$ 2.037,00
40	EVA GLITER PRATEADO: PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL:BORRACHA EVA, COMPRIMENTO:60 CM, LARGURA:40 CM, ESPESSURA:2 MM, PADRÃO:GLITTERIZADO, COR:VARIADA - 60 PACOTES COM 10 UND	434953	PACOTE	1	60	R\$ 33,48	R\$ 2.008,80
41	EVA GLITER VERDE: PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL:BORRACHA EVA, COMPRIMENTO:60 CM, LARGURA:40 CM, ESPESSURA:2 MM, PADRÃO:GLITTERIZADO, COR:VARIADA - 60 PACOTES COM 10 UND	434953	PACOTE	1	60	R\$ 34,38	R\$ 2.062,80
42	EVA GLITER ROSA: PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL:BORRACHA EVA, COMPRIMENTO:60 CM, LARGURA:40 CM, ESPESSURA:2 MM, PADRÃO:GLITTERIZADO, COR:VARIADA - 60 PACOTES COM 10 UND	434953	PACOTE	1	60	R\$ 33,93	R\$ 2.035,80
43	FITA GOMADA: Fita AdesivaMaterial:Papel CrepomComprimento:50 Mcor PardaLargura: 50Mm	364605	UNIDADE	1	2000	R\$ 11,72	R\$ 23.440,00
44	FOLHA ISOPOR 20MM: Comprimento: 1 M Espessura: 20 Mm Largura: 50 Cm Características Adicionais: Tipo 2f	483458	UNIDADE	1	100	R\$ 8,99	R\$ 899,00
45	FOLHA ISOPOR 25 mm: Comprimento: 1 M Espessura: 25 Mm Largura: 1 M	296090	UNIDADE	1	100	R\$ 17,38	R\$ 1.738,00
46	GRAMPEADOR: Tratamento Superficial: Pintado Material: Metal E Plástico Tipo: Escolar Capac: 20 FL Aplicação: Papel - 200	229696	UNIDADE	1	200	R\$ 12,21	R\$ 2.442,00

47	LÁPIS DE COR: Material: Madeira Comprimento : 170 Mm Cor: Diversas Diâmetro Carga: 2 Mm: Tamanho Grande Com 12 Cores Formato: Cilíndrico - 300 CX C/12 UND	338468	CAIXA	1	300	R\$ 8,03	R\$ 2.409,00
48	LÁPIS PRETO: Material Corpo: Madeira Diâmetro Carga: 2 MmDureza Carga: 2b Características Adicionais: Sem Borracha Apagadora Material Carga: Grafite - 20 CX COM 48 UND	338468	CAIXA	1	20	R\$ 54,43	R\$ 1.088,60
49	LAPISEIRA: Plástico Diâmetro Carga: 0,7 Mm Cor: Azul - 30 CX C/12 UND	391674	CAIXA	1	30	R\$ 54,54	R\$ 1.636,20
50	MARCA TEXTO: Plástico Cor: Fluorescente Amarela Tipo: Base Água Tipo Ponta:Chanfrada Características Secagem Rápida - 100 CX C/24 UND	477113	CAIXA	1	100	R\$ 24,56	R\$ 2.456,00
51	PAPEL A4: A4 Comprimento: 297 Mm Largura: 210 Mm Gramatura: 75 G/M2 Aplicação: Impressora Laser	254199	RESMA	1	2000	R\$ 35,62	R\$ 71.240,00
52	Papel madeira: Material: Celulose Vegetal Tipo Papel: Semi-Kraft Comprimento: 86CM Largura: 66CM Cor: Parda UNIDADE	305269	UNIDADE	1	1000	R\$ 1,68	R\$ 1.680,00
53	Papel alçaço: Material: Celulose VegetalGra: 65 G/M2 Comp: 297 MMCom Pauta E Margem Largura: 210 MMCOR: Branca - 30 PACOTES C/100 UND	414973	PACOTE	1	30	R\$ 21,07	R\$ 632,10
54	PAPEL COLORSET AMARELA: Cor: Amarela Comprimento: 66 Cm Largura: 48 Cm Gramatura: 110 G/M2 - 30 PACOTES C/20 UND	410950	PACOTE	1	30	R\$ 18,11	R\$ 543,30
55	PAPEL COLORSET AZUL: Azul Royal Comprimento 64 Cm Largura 47 Cm Gramatura: 120 G/M2 - 30 PACOTES C/20 UND	247770	PACOTE	1	30	R\$ 18,95	R\$ 568,50
56	PAPEL COLORSET LARANJA: Cor: Laranja Comprimento: 66 Cm Largura: 48 Cm Gramatura: 120 G/M2 - 30 PACOTES C/20 UND	390584	PACOTE	1	30	R\$ 19,51	R\$ 585,30
57	PAPEL COLORSET LILAS: Cor: Lilas Comprimento: 66 Cm Largura: 48 Cm Gramatura: 120 G/M2 - 30 PACOTES C/20 UND	390584	PACOTE	1	30	R\$ 20,44	R\$ 613,20
58	PAPEL COLORSET ROSA: Cor: Rosa Comprimento: 66 Cm Largura: 48 Cm Gramatura: 120 G/M2 - 30 PACOTES C/20 UND	390584	PACOTE	1	30	R\$ 17,37	R\$ 521,10
59	PAPEL COLORSET VERDE: Cor: Verde Comprimento: 66 Cm Largura: 48 Cm Gramatura: 120 G/M2 - 30 PACOTES C/20 UND	390586	PACOTE	1	30	R\$ 17,50	R\$ 525,00
60	PAPEL CREPOM AMARELA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	360167	UNIDADE	1	600	R\$ 3,90	R\$ 2.340,00
61	PAPEL CREPOM AZUL TURQUESA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	258848	UNIDADE	1	600	R\$ 1,80	R\$ 1.080,00
62	PAPEL CREPOM BRANCA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	248115	UNIDADE	1	600	R\$ 1,78	R\$ 1.068,00
63	PAPEL CREPOM LARANJA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	290253	UNIDADE	1	600	R\$ 1,71	R\$ 1.026,00
64	PAPEL CREPOM LILÁS: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	248122	UNIDADE	1	600	R\$ 1,77	R\$ 1.062,00
65	PAPEL CREPOM PRETO: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	248120	UNIDADE	1	600	R\$ 1,71	R\$ 1.026,00

66	PAPEL CREPOM VERDE: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	248118	UNIDADE	1	600	R\$ 1,70	R\$ 1.020,00
67	PAPEL CREPOM AZUL CELESTE: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	360164	UNIDADE	1	600	R\$ 1,77	R\$ 1.062,00
68	PAPEL CREPOM ROSA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	248123	UNIDADE	1	600	R\$ 1,74	R\$ 1.044,00
69	PAPEL CREPOM VERMELHO: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	248121	UNIDADE	1	600	R\$ 1,78	R\$ 1.068,00
70	PILHA / AA: Tamanho: Pequena Modelo: Aa Não Recarregável Alcalina 1,5 V - 300 EMBALAGENS C/ 2 UNIDADES	363401	EMBALAGEM	1	300	R\$ 5,41	R\$ 1.623,00
71	PILHA AAA: Tamanho: Palito Modelo: Aaa Não Recarregável Alcalina 1,5 V - 400 EMBALAGENS C/ 2 UNIDADES	419860	EMBALAGEM	1	400	R\$ 3,66	R\$ 1.464,00
72	PINCEL ATÔMICO AZUL: Material: Plástico Tipo Ponta: Feltro Tipo Carga: Recarregável Cor Tinta: - 25 CX C/ 12 UND	202036	CAIXA	1	25	R\$ 49,53	R\$ 1.238,25
73	PINCEL ATÔMICO PRETO: Material: Plástico Tipo Ponta: Feltro Tipo Carga: Recarregável Cor Tinta: Preta - 25 CX C/12 UND	202037	CAIXA	1	25	R\$ 50,33	R\$ 1.258,25
74	PINCEL ATÔMICO VERMELHO: Material: Plástico Tipo Ponta: Feltro Tipo Carga: Recarregável Cor Tinta: Vermelha - 25 CX C/ 12 UND	202039	CAIXA	1	25	R\$ 50,43	R\$ 1.260,75
75	PINCEL PARA PINTAR: Pincel Arte Plástica Material Cerdas: Poney Tipo Cabo: Longo Tamanho: 10 Formato: Redondo - 400	224134	UNIDADE	1	400	R\$ 3,33	R\$ 1.332,00
76	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL VERMELHO E COM REGARGA: Pincel Quadro Branco / Magnético Material: Plástico Ponta: Feltro Tipo Recarregável Cor: Vermelha Ponta Retrátil 6 Mm - 170 CX C/ 12 UND. Referência V Board Master Recarregável Pilot	345054	CAIXA	1	170	R\$ 181,21	R\$ 30.805,70
77	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL E COM REGARGA AZUL: Pincel Quadro Branco / Magnético Material: Plástico Ponta: Feltro Tipo Recarregável Cor: Azul Ponta Retrátil 6 Mm - 170 CX C/ 12 UND. Referência V Board Master Recarregável Pilot	345055	CAIXA	1	170	R\$ 181,17	R\$ 30.798,90
78	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL E COM REGARGA PRETO: Pincel Quadro Branco / Magnético Material: Plástico Ponta: Feltro Tipo Recarregável Cor: Preta Ponta Retrátil 6 Mm - 170 CX C/ 12 UND. Referência V Board Master Recarregável Pilot	345053	CAIXA	1	170	R\$ 183,44	R\$ 31.184,80
79	RECARGA PARA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL - AZUL: Refil Tinta Material: Tinta Cor Azul Capacidade: 5,50 ML Aplicação: Pincel Quadro Branco	392220	UNIDADE	1	1000	R\$ 7,05	R\$ 7.050,00
80	RECARGA PARA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL - PRETO: Refil Tinta Material: Tinta Cor Preto Capacidade: 5,50 ML Aplicação: Pincel Quadro Branco	392221	UNIDADE	1	1000	R\$ 7,06	R\$ 7.060,00
81	RECARGA PARA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL - VERMELHO: Refil Tinta Material: Tinta Cor Vermelho Capacidade: 5,50 ML Aplicação: Pincel Quadro Branco	392222	UNIDADE	1	1000	R\$ 7,00	R\$ 7.000,00

82	PRATO DESCARTAVEL: Plástico Refeição Características Adicionais: Descartável Diâmetro: 15 Cm Cor: Branca. Pacote com 10 unidades	364463	PACOTE	1	200	R\$ 1,99	R\$ 398,00
83	RÉGUA 30 CM: Material: Plástico Cristal :30cm Incolor Transmissão: Transparente Tipo Material: Flexível - 100	251436	UNIDADE	1	100	R\$ 1,46	R\$ 146,00
84	RÉGUA 50 CM: Material: Plástico Reciclado Comprimento: 50 Cm Cor: Incolor Graduação: Milimetrada - 100	435081	UNIDADE	1	100	R\$ 3,74	R\$ 374,00
85	ROLO DE BARBANTE SISAL: Material: Sisal Cor: Natural Diâmetro: 1,50 Mm. Rolo com 300 metros	416792	ROLO	1	60	R\$ 34,68	R\$ 2.080,80
86	TESOURA 10 POLEGADAS: Material: Aço Inoxidável Comprimento: 10 Cm Material Cabo: Polipropileno - 100	288680	UNIDADE	1	100	R\$ 9,47	R\$ 947,00
87	TESOURA 8 POLEGADAS: Aço Inoxidável Comprimento: 8 Pol Caract Adicionais: Tipo Escolar Com Ponta Arredondada - 100	464170	UNIDADE	1	100	R\$ 8,32	R\$ 832,00
88	TINTA GUACHE: Cor: Diversas Caracter Conjunto C/ 6 Frascos De 15 Ml Cada: Resina Vinílica/Água/Pigmento/Cargas E Conservante - 100 cx com 6 unidades	375733	CAIXA	1	100	R\$ 4,57	R\$ 457,00
89	TNT AMARELO: Gramatura: 45 G/M2 Cor: Amarelo Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	456763	ROLO	1	6	R\$ 60,54	R\$ 363,24
90	TNT AZUL: Gramatura: 45 G/M2 Cor: Azul Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	456726	ROLO	1	6	R\$ 58,85	R\$ 353,10
91	TNT BRANCO: Gramatura: 45 G/M2 Cor: Branca Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	435822	ROLO	1	6	R\$ 62,72	R\$ 376,32
92	TNT LARANJA: Gramatura: 45 G/M2 Cor: Laranja Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	456725	ROLO	1	6	R\$ 60,97	R\$ 365,82
93	TNT LILÁS: Gramatura: 40 G/M2 Cor: Lilás Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	377774	ROLO	1	6	R\$ 59,91	R\$ 359,46
94	TNT PRETO: Gramatura: 45 G/M2 Cor: Preto Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	456710	ROLO	1	6	R\$ 58,81	R\$ 352,86
95	TNT ROSA: Gramatura: 40 G/M2 Cor: Rosa Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	377595	ROLO	1	6	R\$ 60,62	R\$ 363,72
96	TNT VERDE: Gramatura: 45 G/M2 Cor: Verde Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	456703	ROLO	1	6	R\$ 62,43	R\$ 374,58
97	TNT VERMELHO: Gramatura: 45 G/M2 Cor: Vermelho Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	456704	ROLO	1	6	R\$ 56,69	R\$ 340,14
98	TOUCA DESCARTÁVEL: Tipo: Descartável Tnt Branca Aplicação Cozinha Industrial tamanho Único Com Elástico - 20 PACOTES COM 100 UND	369561	PACOTE	1	20	R\$ 8,03	R\$ 160,60
99	PAPEL VEGETAL: Papel Manteiga Celulose Vegetal Gr: 40 G/M2 Comp 420 CM Largura: 297 CM Cor: Branca : A3 Aplicação: Desenho Técnico - 20 EMBALAGEM COM 50 folhas	246437	EMBALAGEM	1	20	R\$ 36,49	R\$ 729,80
100	PISTOLA DE COLA QUENTE: PISTOLA APLICADORA, POTÊNCIA: 40 W, VAZÃO: 0,45 KG/H, TEMPERATURA TRABALHO: 200 °C, APLICAÇÃO: REVESTIMENTO EMBALAGENS, TIPO: PISTOLA COLA QUENTE	614153	UNIDADE	1	50	R\$ 19,41	R\$ 970,50
101	BASTÃO DE COLA QUENTE: COLA, COMPOSIÇÃO: SILICONE, APLICAÇÃO: PISTOLA QUENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM 11 MM DE DIÂMETRO E 30 CM DE COMPRIMENTO, TIPO: BASTÃO - 50 PACOTES 1KG	284808	PACOTE/kg	1	50	R\$ 38,12	R\$ 1.906,00

102	FITA ADESIVA LARGA: FITA ADESIVA EMBALAGEM, MATERIAL:RESINA E BORRACHA SINTÉTICA, COMPRIMENTO:50 M, LARGURA:50 MM, COR:INCOLOR	405861	UNIDADE	1	1200	R\$ 4,37	R\$ 5.244,00
103	Prancheta Escolar, Madeira, Prendedor Metálico/Plástico, Tamanho A4, Ofício, Embalagem 1.0 Unidade	413335	UNIDADE	1	50	R\$ 8,52	R\$ 426,00
104	FITA DUPLA FACE: FITA, MATERIAL:POLIURETANO, LARGURA:19 MM, COMPRIMENTO:20 M, COR:BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:FITA DUPLA FACE 3M, TRANSPARENTE	614251	UNIDADE	1	100	R\$ 85,35	R\$ 8.535,00
105	CAFÉ 1ª QUALIDADE, TORRADO E MOIDO, TORRAÇÃO MÉDIA, EM EMBALAGEM A VÁCUO DE 250 GRAMAS, COM SELO SUPERIOR DE PUREZA E QUALIDADE DA ABIC: Bebida pura; sabor intenso; sem amargor; pó homogêneo; do tipo superior; 100% café arábica, em embalagem a vácuo de 250 gramas, com registro da data de fabricação e validade estampada no rótulo da embalagem. Padrão superior, a marca deve possuir certificado no PQC programa de qualidade do café, da ABIC, em plena validade, e laudo de análise assinado por laboratório especializado, com nota de qualidade global mínima de 6,0 e máxima de 7,2 na escala sensorial do café, e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza, café de primeira linha do tipo superior. Embalagem tipo alto vácuo; atóxica, limpa, íntegra, sem amassados, sem estufamentos, sem trincas, sem quebras, sem ferrugem, pacote tipo tijolinho. A embalagem deve atender a um dos seguintes critérios de sustentabilidade: papel certificado pelo selo FSC ou indicar a simbologia de descarte seletivo (Conforme, ABNT NBR 16182/2013)	463594	pacotes de 250g	1	1800	R\$ 19,99	R\$ 35.982,00
106	AÇÚCAR CRISTAL BRANCO DE 1ª QUALIDADE - KG dissolução rápida granulométrica fina, branco, origem vegetal puro, sem corantes, sem umidade ou empedramento e com cristais bem definidos composto de sacarose de cana-de-açúcar, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitos e de detritos animais e vegetais. Embalagem: saco de polietileno atóxico, resistente, contendo peso líquido de 1000 gramas.	603269	UNIDADE/KG	1	1000	R\$ 4,96	R\$ 4.960,00
107	Lixeira Multiuso Com Pedal E Tampa, Com capacidade de 30 litros, de material plástico preto e acionada por pedal	629855	UND	1	35	R\$ 67,42	R\$ 2.359,70
VALOR TOTAL (R\$)							386.721,81

1.1.2. Não houve adesões à intenção de registro de preços. Logo, inexistem estimativas de consumo individualizadas de órgão participante.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Havendo qualquer divergência na descrição dos itens desta licitação constantes no Sistema Comprasnet em relação as constantes neste Termo de Referência, prevalecerão as desse último.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, **ressalvada a disposição do art. 95 da referida lei de licitações, caso em que poderá haver a substituição do contrato pelo instrumento hábil substituto - carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.**

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos, **no que couber, para cada item, os requisitos constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 8ª edição ou posteriores.**

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 dias**, contados **do(a) solicitação formal da Administração.**

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **3 (três) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Sede do IFCE, Campus Iguatu, na Rodovia Iguatu-Várzea Alegre, km 05 s/n - Bairro Vila Cajazeiras - CEP 63500-000 - Iguatu - CE.

5.3.1 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

5.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será

prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25** (vinte e cinco) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 14% (catorze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 9% (nove por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 3% (três por cento) a 4% (quatro por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de

controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias** úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias** úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1 o prazo de validade;

8.12.2 a data da emissão;

8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5 o valor a pagar; e

8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que

impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/03/26.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor,

pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Disposições gerais sobre habilitação

9.24. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 386.721,81 (trezentos e oitenta e seis mil setecentos e vinte e um reais e oitenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n.

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o **prazo de 2 (dois) dias úteis**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato - Nota de Empenho -, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de **1 (um) mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **1 (um) mês**.

3.1.10 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro

grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Iguatu, Seção Judiciária do Ceará para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº/20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (SEI 8693621)



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Jesse Carneiro Lima, Assistente em Administração**, em 27/04/2026, às 08:38, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Efraim Martins Araujo, Diretor(a) de Administração**, em 27/04/2026, às 08:46, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **8693269** e o código CRC **0136EA60**.

INST.FED.DO CEARA/CAMPUS IGUATU

Estudo Técnico Preliminar 4/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23266.005560/2025-00

2. Descrição da necessidade

2.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Iguatu, é uma instituição de ensino superior comprometida com a formação profissional e tecnológica de qualidade. Com aproximadamente 1.600 alunos regularmente matriculados e mais de 150 servidores, a instituição desempenha um papel fundamental na educação e desenvolvimento da região: produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

2.2. Diante disso, para um adequado e eficiente desempenho de suas funções institucionais, o IFCE Campus Iguatu necessita de uma infraestrutura adequada, o que passa pela aquisição de insumos, utensílios e materiais capazes de fornecer a assistência necessária ao trabalho dos servidores e colaboradores da instituição. Nesse contexto, uma das necessidades a ser atendida é a de aquisição de materiais de expediente e outros insumos básicos, uma vez que tais materiais são de extrema importância para o desenvolvimento das atividades administrativas, letivas e logísticas da instituição.

2.3. Portanto, tendo em vista que o atingimento da missão da instituição passa, necessariamente, pela boa qualidade da estrutura da organização, bem como de uma eficiente prestação da atividade de seus servidores e colaboradores, e que tudo isso perpassa pela utilização de insumos e materiais necessários à utilização nas mais variadas tarefas, a aquisição de materiais de expediente e de outros insumos básicos torna-se imprescindível à instituição. Logo, a compra desses materiais se justifica como uma medida básica e necessária para aprimorar a infraestrutura de serviços do Campus Iguatu, já que proporcionará condições adequadas para o desenvolvimento das atividades fins da instituição.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DEPARTAMENTO DE ENSINO	Antonio Nunes Pereira
COORDENADORIA DE ALMOXARIFADO	Francisco Kleber Bandeira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os materiais, insumos e utensílios requeridos serão adquiridos através de licitação, aplicando-se a Lei nº 14.133/2021. Todos os materiais deverão ser fornecidos obedecendo-se as disposições trazidas neste estudo, bem como no termo de referência e demais documentos que servirem de base ao procedimento licitatório.

4.2. Será(ão) selecionado(s) fornecedor(es) que, após ter(em) o(s) objeto(s) adjudicado(s) deverá(ão) fornecer os materiais, insumos e utensílios atendo à regras de boa qualidade, durabilidade e desempenho, conforme as solicitações emanadas dos documentos que regem o procedimento da licitação. Os materiais, insumos e utensílios a serem adquiridos se enquadram como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

4.3. Todos materiais, insumos e utensílios deverão estar de acordo com as descrições apresentadas na definição de cada item/produto, devendo ter ótimo padrão de qualidade, obedecer às normas norteadoras que garantem segurança, propriedades físicas necessárias para o melhor desempenho possível e em perfeitas condições de uso, sob pena de não recebimento dos mesmos. Poderão ser solicitados catálogos e/ou informações adicionais de quaisquer dos itens objetos da licitação sempre que a comissão julgar necessário para atendimento dos fins do procedimento licitatório, especialmente para sanar dúvidas quanto a qualidade do produto e adequação aos critérios solicitados na descrição do produto. Os catálogos serão avaliados pelos solicitantes e comparadas aos critérios exigidos e as características especificadas para cada item.

4.4. O fornecedor licitante deverá apresentar materiais, insumos e utensílios constituídos e embalados com critérios socioambientais vigentes, obedecendo todas as normas de regência. Deverão também apresentar, caso necessário, os respectivos registros e/ou certificações oficiais quanto à sustentabilidade de produto e/ou material, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos. Além disso, deverão ser observadas, respeitadas e atendidas pelos licitantes fornecedores todas as exigências do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) relativas ao objeto da licitação.

4.4. O licitante deve proporcionar entrega dos materiais, insumos e utensílios conforme solicitação da contratante, observando os critérios temporais do edital, do termo de referência e demais documentos do procedimento. Ainda, todo o objeto deve ser entregue conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas, observando-se:

- a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- d) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, quando necessário.

4.5. Os materiais, insumos e utensílios objetos da licitação, são considerados bens comuns, conforme art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002, e no inciso II, alínea c, do art. 3º do Decreto nº 10.024, de 2019, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado. É, portanto, um objeto que pode ser adquirido através de licitação na modalidade pregão.

4.6. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item ou grupo.

4.7. Havendo necessidade de se firmar termo de contrato, o prazo de vigência desse será de 12 (doze) meses, seguindo-se as determinações da Lei nº 14.133/2021. Caso contrário, serão utilizados os instrumentos substitutos determinados pela norma, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

4.8. Conforme o tipo ou espécie de material, insumo ou utensílio a ser adquirido, deverá ser garantida a qualidade, eficiência e durabilidade de cada item, de acordo com as garantias de fábrica ou produção legalmente estabelecidas e de acordo com a legislação correlata, aplicando-se o Código de Defesa do Consumidor (CDC), Lei nº 8.078/90, para todos os casos que a garantia não seja superior ao naquele diploma estabelecido.

4.9. A Administração decidirá se será exigida a prestação de garantia pela Contratada, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Tal garantia, caso exigida, será disposta no Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A contratação pretendida alinha à política que o Governo Federal vem implantado na reestruturação da máquina administrativa através de estratégias de racionalidade, buscando atingir padrões de excelência em qualidade e produtividade, focando sua ação nas áreas fins e reduzindo a demanda por serviços de apoio ao estritamente necessário.

5.2. Desta forma, existiriam duas possíveis alternativas para a solução pretendida: 1ª) aquisição através do serviço de logística denominado almoxarifado virtual, regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 51/2021 para os órgãos da administração pública federal direta; 2ª) Contratação mediante licitação própria pelo órgão.

5.3. No âmbito das aquisições públicas, desde o ano de 2022 a Administração Pública Federal (e outros órgãos e entes subnacionais) adquirem insumos, produtos e materiais de expediente através do serviço de logística denominado almoxarifado virtual. No entanto, no que tange ao IFCE, Campus Iguatu, ele não aderiu a tal serviço por uma questão temporal-administrativa, uma vez que houve perda do prazo para adesão, nos termos do determinado pelo Poder Executivo Federal. A perda do prazo se deveu, principalmente, ao fato de, quando do momento de manifestação e adesão ao serviço logístico, estava ocorrendo o período de transição de gestão no IFCE. Desse modo, não houve tempo para levantamento da demanda, certificação e ratificação de quantitativos e análise do planejamento da gestão anterior (até 2022) em cotejamento com a nova gestão (de 2022 para frente).

5.4. Diante desse fato, desde 2022 a aquisição de insumos, produtos e materiais de expediente vem sendo realizada pelo meio ordinário: realização de licitação. Assim, foram analisados os meios mais adequados para, no âmbito mercadológico, adquirir o objeto licitatório, tais como contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, além de contratações anteriores de outros campi do Instituto Federal do Ceará, bem como do próprio

Campus Iguatu. Forma realizadas consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise. Verificado que poderá haver nova possibilidade de se aderir ao serviço do almoxarifado virtual no ano corrente pela Reitoria do IFCE, inclusive com adesão global, incluindo todos os campi do IFCE, optou-se pela realização de licitação para aquisição do objeto para suprimento da demanda enquanto necessário.

5.5. O levantamento de mercado foi feito conforme orientações da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Como conclusão, no tocante à forma como a seleção será realizada, dentre as modalidades de licitação possíveis, é entendimento da Equipe de Planejamento da Contratação, que a melhor escolha e o Pregão Eletrônico, especialmente pela possibilidade de ampliação da participação de interessados no fornecimento do objeto, assim como pela economicidade, facilidade e eficiência geradas por essa modalidade licitatória. A escolha é uma das mais usuais na Administração para o tipo de objeto pretendido.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Considerando a escolha da solução apresentada no item anterior, o objeto deste estudo preliminar é a aquisição de materiais, insumos e utensílios de expediente para atender necessidade do IFCE, Campus Iguatu, já que tais objetos são imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades das áreas fins e meio da Instituição. A descrição específica de cada item a ser adquirido, os requisitos da contratação, obrigações de contratada e contratante e demais fatores ligados à contratação estão disciplinados em pontos específicos deste estudo, assim como no termo de referência e no edital do procedimento.

6.2. O local de entrega do objeto é na sede do IFCE, Campus Iguatu, localizado na Rodovia Iguatu / Várzea Alegre, km 05 s/n, BR-122, 505 - Cajazeiras, Iguatu - CE, 63500-000.

6.3. Como os materiais, insumos e utensílios objetos do presente estudo são considerados bens comuns, conforme art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002, e no inciso II, alínea c, do art. 3º do Decreto nº 10.024, de 2019, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, torna-se viável sua aquisição através de licitação na modalidade pregão. Essa modalidade licitatória é viável técnica e economicamente, tendo em vista a diversidade de fornecedores no mercado.

6.4. Salienta-se, por fim, que utilizada a modalidade licitatória pregão, a Administração poderá decidir, administrativamente, se utilizará o sistema de registro de preços (SRP) para a aquisição. Tal escolha comporta análise de critérios e quesitos administrativos-orçamentários, cuja decisão deve ser feita pela alta gestão do IFCE, Campus Iguatu, na busca de melhor alocar os recursos que serão utilizados na contratação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades a serem adquiridas foram definidas com base em análise criteriosa do consumo extraída através do SUAP, dos anos anteriores, englobando o período de 2019 a 2025. Além disso, foi solicitado no ano de 2026, via documento próprio circular, manifestação de todo o Campus quanto ao materiais a serem adquiridos e que não possuíam estoque em almoxarifado, levando em conta a necessidade de cada setor/unidade, para fins de consolidação do quantitativo.

7.2. Assim, feita a consolidação dos itens, de acordo com a demanda-necessidade da instituição, chegou-se ao quantitativo seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTD
1	APAGADOR: Material Corpo: Plástico Reciclado Comprimento: 15,50 Cm Largura: 5 Cm Altura: 3,30 cm - 1000	425330	UNIDADE	1000
2	AVENTAL DESCARTÁVEL: Material: Tnt Modelo: Unissex Impermeável Manga Longa, Punho Com Elástico, Tira Na Cintura Tamanho:Único - 200 pacotes c/10 und	481513	PACOTE	200
3	BALÃO COLORIDO: Material: balão de festa Borracha Natural, Látex Cor: Liso, C/ Cor Variada Tamanho: Nº 7 - 100 pacotes c/ 50 und	602196	PACOTE	100
4	BALÃO VERDE: Material: Balão de festa Borracha Cor:Verde - 100 pacotes c/ 50 und	300936	PACOTE	100
5	BALÃO BRANCO: Material: Balão de festa Borracha Cor: BRANCO - 100 pacotes c/ 50 und	240858	PACOTE	100

6	BALÃO VERMELHO: Material: Balão de festa Borracha Cor: VERMELHO - 100 pacotes c/ 50 und	240859	PACOTE	100
7	CADERNO: Material: Celulose Vegetal Material Capa: Capa Dura Folhas: 200 FL Comp: 200 MM - 100	413165	UNIDADE	100
8	CANETA AZUL: Caneta Esferográfica Material: Plástico Reciclado Atóxica, Corpo Cilíndrico Esfera De Tungstênio Tipo Escrita: grossa - 20 CX C/ 50 UND	428528	CAIXA	20
9	CANETA PRETA: Caneta Esferográfica Material: Plástico Reciclado Atóxica, Corpo Cilíndrico Esfera De Tungstênio Tipo Escrita: grossa - 20 CX C/ 50 UND	428529	CAIXA	20
10	CANETA VERMELHA: Caneta Esferográfica Material: Plástico Reciclado Atóxica, Corpo Cilíndrico Esfera De Tungstênio Tipo Escrita: Grossa Cor Tinta: vermelha - 20 CX C/ 50 UND	428530	CAIXA	20
11	CANETINHAS COLORIDAS: Caneta Hidrográfica Material: Plástico Cor Carga: Variada Caixa 24 Cores Lavavel.Ponta: Feltro Espessura Esc: Grossa - 400 CX C/ 12 UND	485370	CAIXA	400
12	CARTOLINA AMARELA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 140 G/M2 Comprimento: 660 Mm Cor: - 6 PACOTES C/ 100 UND	430361	PACOTE	6
13	CARTOLINA AZUL: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 140 G/M2 Comprimento: 660 Mm Cor: Azul Largura: 500 Mm - 6 PACOTES C/ 100 UND	430360	PACOTE	6
14	CARTOLINA BRANCA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 150 G/M2 Comprimento: 660 Mm Cor: Branca Largura: 500 Mm - 10 PACOTES C/ 100 UND	412252	PACOTE	10
15	CARTOLINA ROSA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 150 G/M2 Comprimento: 660 Mm Cor: Rosa Largura: 500 Mm - 6 PACOTES C/ 100 UND	245270	PACOTE	6
16	CARTOLINA VERDE: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 150 G/M2 Comprimento: 660 Mm Cor: Verde Largura: 500 Mm - 6 PACOTES C/ 100 UND	245267	PACOTE	6
17	CLÍPER: Tratamento Superficial: Niquelado Tamanho: 4 Metal FormatoParalelo Pintura Antiferrugem - 100 CX com 50 unidades	300546	CAIXA	100
18	CLÍPER: Tratamento Superficial: Niquelado Tamanho: 6 Metal FormatoParalelo Pintura Antiferrugem - 100 CX com 50 unidades	274804	CAIXA	100
19	COLA BRANCA: Aplicação: Papel, Couro E Tecido Cor: Branca Lavável E Atóxica Composição: Base Água BISNAGA 40g - 400	339516	UNIDADE	400
20	COLA COLORIDA: Aplicação: Papel, Couro E Tecido Cor: Branca Lavável E Atóxica Composição: Base - 400	339516	UNIDADE	400
21	COLA GLITTER: Cor: Variada Tipo: Glitter Com Aplicador, Não Tóxica, Solúvel Em Água Polímero De Acetato De Polivinila E Aditivos - 200 CX C/ 6 UND	294408	CAIXA	200
22	COLA PARA ISOPOR 40G: Aplicação: Isopor Cor: Incolor Tipo: Líquido Características Adicionais: Lavável, Não Tóxica Polivinil Acetato - Pva BISNAGA 40 G - 400	335529	UNIDADE	400

23	COLA PARA ISOPOR 90G: Aplicação: Isopor Cor: Incolor Tipo: Líquido Características Adicionais: Lavável, Não Tóxica Polivinil Acetato - Pva BISNAGA 90 G - 400	335529	UNIDADE	400
24	COLHER DESCARTAVEL: Plástico Cor: Branca Aplicação: Refeição Características : Resistente, Tamanho Adulto - 50 PACOTES COM 50 UND	339680	PACOTE	50
25	GARFO DESCARTÁVEL: Material: Plástico Tipo: Garfo Aplicação: Refeição Cor: Branca - 40 PACOTES COM 50 UND	304509	PACOTE	40
26	FACA DESCARTÁVEL: Material: Plástico Tipo: Faca Aplicação: Copa E Cozinha Cor: Cristal - 40 PACOTES COM 50 UND	310969	PACOTE	40
27	COPO DESCARTÁVEL: Material: Plástico 150 Ml Aplicação: Água - 2000PACOTES COM 100 UND	451994	PACOTE	2000
28	COPO DESCARTÁVEL: Plástico Capacidade: 50 Ml Aplicação: Café - 1000 PACOTES COM 100 UND	254007	PACOTE	1000
29	ESTILETE: Tipo: Lâmina Retrátil Espessura: 18 Mm Material Corpo: Plástico Características Adicionais: 1 Trava Automática E 1 Trava Manual - 200	411771	UNIDADE	200
30	EVA- MARROM: Borracha Eva Comprimento: 60 Cm Largura: 40 Cm Espessura: 2 Cm - 60 PACOTES COM 10 UND	384501	PACOTE	60
31	EVA-AMARELO: Borracha Eva Comprimento: 60 Cm Largura: 40 Cm Espessura: 2 Cm - 60 PACOTES COM 10 UND	262743	PACOTE	60
32	EVA-AZUL: Borracha Eva Comprimento: 48 Cm Largura: 40 Cm - 60 PACOTES COM 10 UND	386010	PACOTE	60
33	EVA-BRANCO: Borracha Eva Comprimento: 48 Cm Largura: 40 Cm - 60 PACOTES COM 10 UND	333470	PACOTE	60
34	EVA-ROSA: Borracha Eva Comprimento: 48 Cm Largura: 40 Cm Espessura: 2 - 60 PACOTES COM 10 UND	410946	PACOTE	60
35	EVA-VERDE: Borracha Eva Comprimento: 48 Cm Largura: 40 Cm - 60 PACOTES COM 10 UND	386011	PACOTE	60
36	EVA PRETO: PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL:BORRACHA EVA, COMPRIMENTO:60 CM, LARGURA:40 CM, ESPESSURA:2 CM, PADRÃO:LISO, COR:AZUL, APLICAÇÃO:CONFECÇÃO DE PAINEIS - 60 PACOTES COM 10 UND	293207	PACOTE	60
37	EVA LILÁS: PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL:BORRACHA EVA, COMPRIMENTO:89 CM, LARGURA:56 CM, ESPESSURA:2 MM, PADRÃO:LISO, COR:LILÁS - 60 PACOTES COM 10 UND	296906	PACOTE	60
38	EVA LARANJA: PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL:BORRACHA EVA, COMPRIMENTO:60 CM, LARGURA:40 CM, ESPESSURA:2 CM, PADRÃO:LISO, COR:LARANJA, APLICAÇÃO: CONFECÇÃO DE PAINEIS - 60 PACOTES COM 10 UND	262741	PACOTE	60
39	EVA GLITER DOURADO: PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL:BORRACHA EVA, COMPRIMENTO:60 CM, LARGURA:40 CM, ESPESSURA:2 MM, PADRÃO:GLITTERIZADO, COR: VARIADA - 60 PACOTES COM 10 UND	434953	PACOTE	60

40	EVA GLITER PRATEADO: PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA, COMPRIMENTO: 60 CM, LARGURA: 40 CM, ESPESSURA: 2 MM, PADRÃO: GLITTERIZADO, COR: VARIADA - 60 PACOTES COM 10 UND	434953	PACOTE	60
41	EVA GLITER VERDE: PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA, COMPRIMENTO: 60 CM, LARGURA: 40 CM, ESPESSURA: 2 MM, PADRÃO: GLITTERIZADO, COR: VARIADA - 60 PACOTES COM 10 UND	434953	PACOTE	60
42	EVA GLITER ROSA: PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA, COMPRIMENTO: 60 CM, LARGURA: 40 CM, ESPESSURA: 2 MM, PADRÃO: GLITTERIZADO, COR: VARIADA - 60 PACOTES COM 10 UND	434953	PACOTE	60
43	FITA GOMADA: Fita Adesiva Material: Papel Crepom Comprimento: 50 M cor Parda Largura: 50 Mm	364605	UNIDADE	2000
44	FOLHA ISOPOR 20MM: Comprimento: 1 M Espessura: 20 Mm Largura: 50 Cm Características Adicionais: Tipo 2f	483458	UNIDADE	100
45	FOLHA ISOPOR 25 mm: Comprimento: 1 M Espessura: 25 Mm Largura: 1 M	296090	UNIDADE	100
46	GRAMPEADOR: Tratamento Superficial: Pintado Material: Metal E Plástico Tipo: Escolar Capac: 20 FL Aplicação: Papel - 200	229696	UNIDADE	200
47	LÁPIS DE COR: Material: Madeira Comprimento : 170 Mm Cor: Diversas Diâmetro Carga: 2 Mm: Tamanho Grande Com 12 Cores Formato: Cilíndrico - 300 CX C/12 UND	338468	CAIXA	300
48	LAPIS PRETO: Material Corpo: Madeira Diâmetro Carga: 2 Mm Dureza Carga: 2b Características Adicionais: Sem Borracha Apagadora Material Carga: Grafite - 20 CX COM 50 UND	338468	CAIXA	20
49	LAPISEIRA: Plástico Diâmetro Carga: 0,7 Mm Cor: Azul - 30 CX C/12 UND	391674	CAIXA	30
50	MARCA TEXTO: Plástico Cor: Fluorescente Amarela Tipo: Base Água Tipo Ponta: Chanfrada Características Secagem Rápida - 100 CX C/24 UND	477113	CAIXA	100
51	PAPEL A4: A4 Comprimento: 297 Mm Largura: 210 Mm Gramatura: 75 G/M2 Aplicação: Impressora Laser	254199	RESMA	2000
52	Papel madeira: Material: Celulose Vegetal Tipo Papel: Semi-Kraft Comprimento: 86CM Largura: 66CM Cor: Parda UNIDADE	305269	UNIDADE	1000
53	Papel almaço: Material: Celulose Vegetal Gra: 65 G/M2 Comp: 297 MM Com Pauta E Margem Largura: 210 MM Cor: Branca - 30 PACOTES C/100 UND	414973	PACOTE	30
54	PAPEL COLORSET AMARELA: Cor: Amarela Comprimento: 66 Cm Largura: 48 Cm Gramatura: 110 G/M2 - 30 PACOTES C/20 UND	410950	PACOTE	30
55	PAPEL COLORSET AZUL: Azul Royal Comprimento 64 Cm Largura 47 Cm Gramatura: 120 G/M2 - 30 PACOTES C/20 UND	247770	PACOTE	30
56	PAPEL COLORSET LARANJA: Cor: Laranja Comprimento: 66 Cm Largura: 48 Cm Gramatura: 120 G/M2 - 30 PACOTES C/20 UND	390584	PACOTE	30

57	PAPEL COLORSET LILAS: Cor: Lilas Comprimento: 66 Cm Largura: 48 Cm Gramatura: 120 G/M2 - 30 PACOTES C/20 UND	390584	PACOTE	30
58	PAPEL COLORSET ROSA: Cor: Rosa Comprimento: 66 Cm Largura: 48 Cm Gramatura: 120 G/M2 - 30 PACOTES C/20 UND	390584	PACOTE	30
59	PAPEL COLORSET VERDE: Cor: Verde Comprimento: 66 Cm Largura: 48 Cm Gramatura: 120 G/M2 - 30 PACOTES C/20 UND	390586	PACOTE	30
60	PAPEL CREPOM AMARELA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	360167	UNIDADE	600
61	PAPEL CREPOM AZUL TURQUESA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	258848	UNIDADE	600
62	PAPEL CREPOM BRANCA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	248115	UNIDADE	600
63	PAPEL CREPOM LARANJA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	290253	UNIDADE	600
64	PAPEL CREPOM LILÁS: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	248122	UNIDADE	600
65	PAPEL CREPOM PRETO: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	248120	UNIDADE	600
66	PAPEL CREPOM VERDE: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	248118	UNIDADE	600
67	PAPEL CREPOM AZUL CELESTE: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	360164	UNIDADE	600
68	PAPEL CREPOM ROSA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	248123	UNIDADE	600
69	PAPEL CREPOM VERMELHO: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	248121	UNIDADE	600
70	PILHA / AA: Tamanho: Pequena Modelo: Aa Não Recarregável Alcalina 1,5 V - 300 EMBALAGENS C/ 2 UNIDADES	363401	EMBALAGEM	300
71	PILHA AAA: Tamanho: Palito Modelo: Aaa Não Recarregável Alcalina 1,5 V - 400 EMBALAGENS C/ 2 UNIDADES	419860	EMBALAGEM	400
72	PINCEL ATÔMICO AZUL: Material: Plástico Tipo Ponta: Filtro Tipo Carga: Recarregável Cor Tinta: - 25 CX C/ 12 UND	202036	CAIXA	25

73	PINCEL ATÔMICO PRETO: Material: Plástico Tipo Ponta: Feltro Tipo Carga: Recarregável Cor Tinta: Preta - 25 CX C/12 UND	202037	CAIXA	25
74	PINCEL ATÔMICO VERMELHO: Material: Plástico Tipo Ponta: Feltro Tipo Carga: Recarregável Cor Tinta: Vermelha - 25 CX C/ 12 UND	202039	CAIXA	25
75	PINCEL PARA PINTAR: Pincel Arte Plástica Material Cerdas: Pony Tipo Cabo: Longo Tamanho: 10 Formato: Redondo - 400	224134	UNIDADE	400
76	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL VERMELHO E COM REGARGA: Pincel Quadro Branco / Magnético Material: Plástico Ponta: Feltro Tipo Recarregável Cor: Vermelha Ponta Retrátil 6 Mm - 170 CX C/ 12 UND. Referência V Board Master Recarregável Pilot	345054	CAIXA	170
77	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL E COM REGARGA AZUL: Pincel Quadro Branco / Magnético Material: Plástico Ponta: Feltro Tipo Recarregável Cor: Azul Ponta Retrátil 6 Mm - 170 CX C/ 12 UND. Referência V Board Master Recarregável Pilot	345055	CAIXA	170
78	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL E COM REGARGA PRETO: Pincel Quadro Branco / Magnético Material: Plástico Ponta: Feltro Tipo Recarregável Cor: Preta Ponta Retrátil 6 Mm - 170 CX C/ 12 UND. Referência V Board Master Recarregável Pilot	345053	CAIXA	170
79	RECARGA PARA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL - AZUL: Refil Tinta Material:Tinta Cor Azul Capacidade: 5,50 ML Aplicação: Pincel Quadro Branco	392220	UNIDADE	1000
80	RECARGA PARA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL - PRETO: Refil Tinta Material:Tinta Cor Preto Capacidade: 5,50 ML Aplicação: Pincel Quadro Branco	392221	UNIDADE	1000
81	RECARGA PARA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL - VERMELHO: Refil Tinta Material:Tinta Cor Vermelho Capacidade: 5,50 ML Aplicação: Pincel Quadro Branco	392222	UNIDADE	1000
82	PRATO DESCARTAVEL: Plástico Refeição Características Adicionais: Descartável Diâmetro: 15 Cm Cor: Branca. Pacote com 10 unidades	364463	PACOTE	200
83	RÉGUA 30 CM: Material: Plástico Cristal :30cm Incolor Transmittância: Transparente Tipo Material: Flexível - 100	251436	UNIDADE	100
84	RÉGUA 50 CM: Material: Plástico Reciclado Comprimento: 50 Cm Cor: Incolor Graduação: Milimetrada - 100	435081	UNIDADE	100
85	ROLO DE BARBANTE SISAL: Material: Sisal Cor: Natural Diâmetro: 1,50 Mm. Rolo com 300 metros	416792	ROLO	60
86	TESOURA 10 POLEGADAS: Material: Aço Inoxidável Comprimento: 10 Cm Material Cabo: Polipropileno - 100	288680	UNIDADE	100
87	TESOURA 8 POLEGADAS: Aço Inoxidável Comprimento:8Pol Caract Adicionais: Tipo Escolar Com Ponta Arredondada - 100	464170	UNIDADE	100
88	TINTA GUACHE: Cor: Diversas Caracter Conjunto C/ 6 Frascos De 15 Ml Cada:Resina Vinícula/Água /Pigmento/Cargas E Conservante - 100 cx com 6 unidades	375733	CAIXA	100

89	TNT AMARELO: Gramatura: 45 G/M2 Cor: Amarelo Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	456763	ROLO	6
90	TNT AZUL: Gramatura: 45 G/M2 Cor: Azul Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	456726	ROLO	6
91	TNT BRANCO: Gramatura: 45 G/M2 Cor: Branca Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	435822	ROLO	6
92	TNT LARANJA: Gramatura: 45 G/M2 Cor: Laranja Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	456725	ROLO	6
93	TNT LILÁS: Gramatura: 40 G/M2 Cor: Lilás Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	377774	ROLO	6
94	TNT PRETO: Gramatura: 45 G/M2 Cor: Preto Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	456710	ROLO	6
95	TNT ROSA: Gramatura: 40 G/M2 Cor: Rosa Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	377595	ROLO	6
96	TNT VERDE: Gramatura: 45 G/M2 Cor: Verde Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	456703	ROLO	6
97	TNT VERMELHO: Gramatura: 45 G/M2 Cor: Vermelho Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	456704	ROLO	6
98	TOUCA DESCARTÁVEL: Tipo: Descartável Tnt Branca Aplicação Cozinha Industrial tamanho Único Com Elástico - 20 PACOTES COM 100 UND	369561	PACOTE	20
99	PAPEL VEGETAL: Papel Manteiga Celulose Vegetal Gr: 40 G/M2 Comp 420 CM Largura: 297 CM Cor: Branca : A3 Aplicação: Desenho Técnico - 20 EMBALAGEM COM 50 folhas	246437	EMBALAGEM	20
100	PISTOLA DE COLA QUENTE: PISTOLA APLICADORA, POTÊNCIA:40 W, VAZÃO:0,45 KG/H, TEMPERATURA TRABALHO:200 °C, APLICAÇÃO:REVESTIMENTO EMBALAGENS, TIPO: PISTOLA COLA QUENTE	614153	UNIDADE	50
101	BASTÃO DE COLA QUENTE: COLA, COMPOSIÇÃO:SILICONE, APLICAÇÃO:PISTOLA QUENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM 11 MM DE DIÂMETRO E 30 CM DE COMPRIMENTO, TIPO:BASTÃO - 50 PACOTES 1KG	284808	PACOTE	50
102	FITA ADESIVA LARGA: FITA ADESIVA EMBALAGEM, MATERIAL:RESINA E BORRACHA SINTÉTICA, COMPRIMENTO:50 M, LARGURA:50 MM, COR:INCOLOR	405861	UNIDADE	1200
103	Prancheta Escolar, Madeira, Prendedor Metalico/Plastico, Tamanho A4, Oficio, Embalagem 1.0 Unidade	413335	UNIDADE	50
104	FITA DUPLA FACE: FITA, MATERIAL:POLIURETANO, LARGURA:19 MM, COMPRIMENTO:20 M, COR:BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:FITA DUPLA FACE 3M, TRANSPARENTE	614251	UNIDADE	100
105	CAFÉ 1ª QUALIDADE, TORRADO E MOIDO, TORRAÇÃO MÉDIA, EM EMBALAGEM A VÁCUO DE 250 GRAMAS, COM SELO SUPERIOR DE PUREZA E QUALIDADE DA ABIC: Bebida pura; sabor intenso; sem amargor; pó homogêneo; do tipo superior; 100% café arábica, em embalagem a vácuo de 250 gramas, com registro da data de fabricação e validade estampada no rótulo da embalagem. Padrão superior, a marca deve possuir certificado no PQC programa de qualidade do café, da ABIC, em plena validade, e laudo de análise assinado por laboratório especializado, com nota de qualidade global mínima de 6,0 e máxima de 7,2 na escala sensorial do café, e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza, café de primeira linha do tipo superior. Embalagem tipo alto vácuo; atóxica, limpa, íntegra, sem	463594	pacotes de 250g	1800

	amassados, sem estufamentos, sem trincas, sem quebras, sem ferrugem, pacote tipo tijolinho. A embalagem deve atender a um dos seguintes critérios de sustentabilidade: papel certificado pelo selo FSC ou indicar a simbologia de descarte seletivo (Conforme, ABNT NBR 16182/2013)			
106	AÇÚCAR CRISTAL BRANCO DE 1ª QUALIDADE – KG dissolução rápida granulométrica fina, branco, origem vegetal puro, sem corantes, sem umidade ou empedramento e com cristais bem definidos composto de sacarose de cana de-açúcar, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitos e de detritos animais e vegetais. Embalagem: saco de polietileno atóxico, resistente, contendo peso líquido de 1000 gramas.	401656	KG	1000
107	Lixeira Multiuso Com Pedal E Tampa, Com capacidade de 30 litros, de material plástico preto e acionada por pedal	629855	UND	35

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 386.721,81

8.1. Para essa estimativa utilizou-se a metodologia de pesquisa com base na média aritmética dos valores obtidos em pesquisa de preços, em conformidade com o art. 6º da IN nº 65/2021. O parâmetro da pesquisa foi consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021 (SEI 8591728).

8.2. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN SEGES/ME nº 65/2021. Ainda, foi anexado ao processo, em relação à pesquisa de preços, nota técnica produzida pelo setor responsável pela pesquisa.

8.3. A estimativa do valor da contratação, conforme a pesquisa de preços realizada, é de **R\$ 386.721,81 (trezentos e oitenta e seis mil setecentos e vinte e um reais e oitenta e um centavos), detalhado na planilha abaixo:**

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	APAGADOR: Material Corpo: Plástico Reciclado Comprimento: 15,50 Cm Largura: 5 Cm Altura: 3,30 cm - 1000	425330	UNIDADE	1000	R\$ 10,39	R\$ 10.390,00
2	AVENTAL DESCARTÁVEL: Material: Tnt Modelo: Unissex Impermeável Manga Longa, Punho Com Elástico, Tira Na Cintura Tamanho:Único - 200 pacotes c/10 und	481513	PACOTE	200	R\$ 21,61	R\$ 4.322,00
3	BALÃO COLORIDO: Material: balão de festa Borracha Natural, Látex Cor: Liso, C/ Cor Variada Tamanho:Nº 7 - 100 pacotes c/ 50 und	602196	PACOTE	100	R\$ 8,32	R\$ 832,00
4	BALÃO VERDE: Material: Balão de festa Borracha Cor:Verde - 100 pacotes c/ 50 und	300936	PACOTE	100	R\$ 9,02	R\$ 902,00
5	BALÃO BRANCO: Material: Balão de festa Borracha Cor: BRANCO - 100 pacotes c/ 50 und	240858	PACOTE	100	R\$ 8,23	R\$ 823,00
6	BALÃO VERMELHO: Material: Balão de festa Borracha Cor: VERMELHO - 100 pacotes c/ 50 und	240859	PACOTE	100	R\$ 8,02	R\$ 802,00
7	CADERNO: Material: Celulose Vegetal Material Capa: Capa Dura Folhas: 200 FL Comp: 200 MM - 100	413165	UNIDADE	100	R\$ 21,89	R\$ 2.189,00

8	CANETA AZUL: Caneta Esferográfica Material: Plástico Reciclado Atóxica, Corpo Cilíndrico Esfera De Tungstênio Tipo Escrita: grossa - 20 CX C/ 50 UND	428528	CAIXA	20	R\$ 49,73	R\$ 994,60
9	CANETA PRETA: Caneta Esferográfica Material: Plástico Reciclado Atóxica, Corpo Cilíndrico Esfera De Tungstênio Tipo Escrita: grossa - 20 CX C/ 50 UND	428529	CAIXA	20	R\$ 47,42	R\$ 948,40
10	CANETA VERMELHA: Caneta Esferográfica Material: Plástico Reciclado Atóxica, Corpo Cilíndrico Esfera De Tungstênio Tipo Escrita: Grossa Cor Tinta: vermelha - 20 CX C/ 50 UND	428530	CAIXA	20	R\$ 49,24	R\$ 984,80
11	CANETINHAS COLORIDAS: Caneta Hidrográfica Material: Plástico Cor Carga: Variada Caixa 24 Cores Lavavel.Ponta: Feltro Espessura Esc: Grossa - 400 CX C/ 12 UND	485370	CAIXA	400	R\$ 9,48	R\$ 3.792,00
12	CARTOLINA AMARELA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 140 G/M2 Comprimento: 660 Mm Cor: - 6 PACOTES C/ 100 UND	430361	PACOTE	6	R\$ 95,43	R\$ 572,58
13	CARTOLINA AZUL: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 140 G /M2 Comprimento: 660 Mm Cor: Azul Largura: 500 Mm - 6 PACOTES C/ 100 UND	430360	PACOTE	6	R\$ 111,14	R\$ 666,84
14	CARTOLINA BRANCA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 150 G/M2 Comprimento: 660 Mm Cor: Branca Largura: 500 Mm - 10 PACOTES C/ 100 UND	412252	PACOTE	10	R\$ 100,39	R\$ 1.003,90
15	CARTOLINA ROSA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 150 G/M2 Comprimento: 660 Mm Cor: Rosa Largura: 500 Mm - 6 PACOTES C/ 100 UND	245270	PACOTE	6	R\$ 98,92	R\$ 593,52
16	CARTOLINA VERDE: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 150 G/M2 Comprimento: 660 Mm Cor: Verde Largura: 500 Mm - 6 PACOTES C/ 100 UND	245267	PACOTE	6	R\$ 108,53	R\$ 651,18
17	CLÍPER: Tratamento Superficial: Niquelado Tamanho: 4 Metal FormatoParalelo Pintura Antiferrugem - 100 CX com 50 unidades	300546	CAIXA	100	R\$ 2,78	R\$ 278,00
18	CLÍPER: Tratamento Superficial: Niquelado Tamanho: 6 Metal FormatoParalelo Pintura Antiferrugem - 100 CX com 50 unidades	274804	CAIXA	100	R\$ 2,89	R\$ 289,00
19	COLA BRANCA: Aplicação: Papel, Couro E Tecido Cor: Branca Lavável E Atóxica Composição: Base Água BISNAGA 40g - 400	339516	UNIDADE	400	R\$ 2,41	R\$ 964,00
20	COLA COLORIDA: Aplicação: Papel, Couro E Tecido Cor: Branca Lavável E Atóxica Composição: Base - 400	339516	UNIDADE	400	R\$ 2,79	R\$ 1.116,00
21	COLA GLITTER: Cor: Variada Tipo: Glitter Com Aplicador, Não Tóxica, Solúvel Em Água Polímero De Acetato De Polivinila E Aditivos - 200 CX C/ 6 UND	294408	CAIXA	200	R\$ 16,34	R\$ 3.268,00
22	COLA PARA ISOPOR 40G: Aplicação: Isopor Cor: Incolor Tipo: Líquido Características Adicionais: Lavável, Não Tóxica Polivinil Acetato - Pva BISNAGA 40 G - 400	335529	UNIDADE	400	R\$ 3,94	R\$ 1.576,00

23	COLA PARA ISOPOR 90G: Aplicação: Isopor Cor: Incolor Tipo: Líquido Características Adicionais: Lavável, Não Tóxica Polivinil Acetato - Pva BISNAGA 90 G - 400	335529	UNIDADE	400	R\$ 5,29	R\$ 2.116,00
24	COLHER DESCARTAVEL: Plástico Cor: Branca Aplicação: Refeição Características : Resistente, Tamanho Adulto - 50 PACOTES COM 50 UND	339680	PACOTE	50	R\$ 3,34	R\$ 167,00
25	GARFO DESCARTÁVEL: Material: Plástico Tipo: Garfo Aplicação: Refeição Cor: Branca - 40 PACOTES COM 50 UND	304509	PACOTE	40	R\$ 4,09	R\$ 163,60
26	FACA DESCARTÁVEL: Material: Plástico Tipo: Faca Aplicação: Copa E Cozinha Cor: Cristal - 40 PACOTES COM 50 UND	310969	PACOTE	40	R\$ 3,80	R\$ 152,00
27	COPO DESCARTÁVEL: Material: Plástico 150 MI Aplicação: Água - 2000PACOTES COM 100 UND	451994	PACOTE	2000	R\$ 4,74	R\$ 9.480,00
28	COPO DESCARTÁVEL: Plástico Capacidade: 50 MI Aplicação: Café - 1000 PACOTES COM 100 UND	254007	PACOTE	1000	R\$ 2,95	R\$ 2.950,00
29	ESTILETE: Tipo: Lâmina Retrátil Espessura: 18 Mm Material Corpo: Plástico Características Adicionais: 1 Trava Automática E 1 Trava Manual - 200	411771	UNIDADE	200	R\$ 4,64	R\$ 928,00
30	EVA- MARROM: Borracha Eva Comprimento: 60 Cm Largura: 40 Cm Espessura: 2 Cm - 60 PACOTES COM 10 UND	384501	PACOTE	60	R\$ 14,71	R\$ 882,60
31	EVA-AMARELO: Borracha Eva Comprimento: 60 Cm Largura: 40 Cm Espessura: 2 Cm - 60 PACOTES COM 10 UND	262743	PACOTE	60	R\$ 13,70	R\$ 822,00
32	EVA-AZUL: Borracha Eva Comprimento: 48 Cm Largura: 40 Cm - 60 PACOTES COM 10 UND	386010	PACOTE	60	R\$ 14,23	R\$ 853,80
33	EVA-BRANCO: Borracha Eva Comprimento: 48 Cm Largura: 40 Cm - 60 PACOTES COM 10 UND	333470	PACOTE	60	R\$ 17,00	R\$ 1.020,00
34	EVA-ROSA: Borracha Eva Comprimento: 48 Cm Largura: 40 Cm Espessura: 2 - 60 PACOTES COM 10 UND	410946	PACOTE	60	R\$ 15,55	R\$ 933,00
35	EVA-VERDE: Borracha Eva Comprimento: 48 Cm Largura: 40 Cm - 60 PACOTES COM 10 UND	386011	PACOTE	60	R\$ 14,36	R\$ 861,60
36	EVA PRETO: PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL:BORRACHA EVA, COMPRIMENTO:60 CM, LARGURA:40 CM, ESPESSURA:2 CM, PADRÃO: LISO, COR:AZUL, APLICAÇÃO:CONFECÇÃO DE PAINEIS - 60 PACOTES COM 10 UND	293207	PACOTE	60	R\$ 15,61	R\$ 936,60
37	EVA LILÁS: PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL:BORRACHA EVA, COMPRIMENTO:89 CM, LARGURA:56 CM, ESPESSURA:2 MM, PADRÃO: LISO, COR:LILÁS - 60 PACOTES COM 10 UND	296906	PACOTE	60	R\$ 14,18	R\$ 850,80

38	EVA LARANJA: PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA, COMPRIMENTO: 60 CM, LARGURA: 40 CM, ESPESSURA: 2 CM, PADRÃO: LISO, COR: LARANJA, APLICAÇÃO: CONFECÇÃO DE PAINEIS - 60 PACOTES COM 10 UND	262741	PACOTE	60	R\$ 14,25	R\$ 855,00
39	EVA GLITER DOURADO: PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA, COMPRIMENTO: 60 CM, LARGURA: 40 CM, ESPESSURA: 2 MM, PADRÃO: GLITTERIZADO, COR: VARIADA - 60 PACOTES COM 10 UND	434953	PACOTE	60	R\$ 33,95	R\$ 2.037,00
40	EVA GLITER PRATEADO: PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA, COMPRIMENTO: 60 CM, LARGURA: 40 CM, ESPESSURA: 2 MM, PADRÃO: GLITTERIZADO, COR: VARIADA - 60 PACOTES COM 10 UND	434953	PACOTE	60	R\$ 33,48	R\$ 2.008,80
41	EVA GLITER VERDE: PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA, COMPRIMENTO: 60 CM, LARGURA: 40 CM, ESPESSURA: 2 MM, PADRÃO: GLITTERIZADO, COR: VARIADA - 60 PACOTES COM 10 UND	434953	PACOTE	60	R\$ 34,38	R\$ 2.062,80
42	EVA GLITER ROSA: PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA, COMPRIMENTO: 60 CM, LARGURA: 40 CM, ESPESSURA: 2 MM, PADRÃO: GLITTERIZADO, COR: VARIADA - 60 PACOTES COM 10 UND	434953	PACOTE	60	R\$ 33,93	R\$ 2.035,80
43	FITA GOMADA: Fita Adesiva Material: Papel Crepom Comprimento: 50 M cor Parda Largura: 50 Mm	364605	UNIDADE	2000	R\$ 11,72	R\$ 23.440,00
44	FOLHA ISOPOR 20MM: Comprimento: 1 M Espessura: 20 Mm Largura: 50 Cm Características Adicionais: Tipo 2f	483458	UNIDADE	100	R\$ 8,99	R\$ 899,00
45	FOLHA ISOPOR 25 mm: Comprimento: 1 M Espessura: 25 Mm Largura: 1 M	296090	UNIDADE	100	R\$ 17,38	R\$ 1.738,00
46	GRAMPEADOR: Tratamento Superficial: Pintado Material: Metal E Plástico Tipo: Escolar Capac: 20 FL Aplicação: Papel - 200	229696	UNIDADE	200	R\$ 12,21	R\$ 2.442,00
47	LÁPIS DE COR: Material: Madeira Comprimento : 170 Mm Cor: Diversas Diâmetro Carga: 2 Mm: Tamanho Grande Com 12 Cores Formato: Cilíndrico - 300 CX C/12 UND	338468	CAIXA	300	R\$ 8,03	R\$ 2.409,00
48	LAPIS PRETO: Material Corpo: Madeira Diâmetro Carga: 2 Mm Dureza Carga: 2b Características Adicionais: Sem Borracha Apagadora Material Carga: Grafite - 20 CX COM 50 UND	338468	CAIXA	20	R\$ 54,43	R\$ 1.088,60
49	LAPISEIRA: Plástico Diâmetro Carga: 0,7 Mm Cor: Azul - 30 CX C/12 UND	391674	CAIXA	30	R\$ 54,54	R\$ 1.636,20
50	MARCA TEXTO: Plástico Cor: Fluorescente Amarela Tipo: Base Água Tipo Ponta: Chanfrada Características Secagem Rápida - 100 CX C/24 UND	477113	CAIXA	100	R\$ 24,56	R\$ 2.456,00
51	PAPEL A4: A4 Comprimento: 297 Mm Largura: 210 Mm Gramatura: 75 G/M2 Aplicação: Impressora Laser	254199	RESMA	2000	R\$ 35,62	R\$ 71.240,00

52	Papel madeira: Material: Celulose Vegetal Tipo Papel: Semi-Kraft Comprimento: 86CM Largura: 66CM Cor: Parda UNIDADE	305269	UNIDADE	1000	R\$ 1,68	R\$ 1.680,00
53	Papel almaço: Material: Celulose VegetalGra: 65 G/M2 Comp: 297 MMCom Pauta E Margem Largura: 210 MMCor: Branca - 30 PACOTES C/100 UND	414973	PACOTE	30	R\$ 21,07	R\$ 632,10
54	PAPEL COLORSET AMARELA: Cor: Amarela Comprimento: 66 Cm Largura: 48 Cm Gramatura: 110 G/M2 - 30 PACOTES C/20 UND	410950	PACOTE	30	R\$ 18,11	R\$ 543,30
55	PAPEL COLORSET AZUL: Azul Royal Comprimento 64 Cm Largura 47 Cm Gramatura: 120 G/M2 - 30 PACOTES C/20 UND	247770	PACOTE	30	R\$ 18,95	R\$ 568,50
56	PAPEL COLORSET LARANJA: Cor: Laranja Comprimento: 66 Cm Largura: 48 Cm Gramatura: 120 G/M2 - 30 PACOTES C/20 UND	390584	PACOTE	30	R\$ 19,51	R\$ 585,30
57	PAPEL COLORSET LILAS: Cor: Lilas Comprimento: 66 Cm Largura: 48 Cm Gramatura: 120 G/M2 - 30 PACOTES C/20 UND	390584	PACOTE	30	R\$ 20,44	R\$ 613,20
58	PAPEL COLORSET ROSA: Cor: Rosa Comprimento: 66 Cm Largura: 48 Cm Gramatura: 120 G/M2 - 30 PACOTES C/20 UND	390584	PACOTE	30	R\$ 17,37	R\$ 521,10
59	PAPEL COLORSET VERDE: Cor: Verde Comprimento: 66 Cm Largura: 48 Cm Gramatura: 120 G/M2 - 30 PACOTES C/20 UND	390586	PACOTE	30	R\$ 17,50	R\$ 525,00
60	PAPEL CREPOM AMARELA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	360167	UNIDADE	600	R\$ 3,90	R\$ 2.340,00
61	PAPEL CREPOM AZUL TURQUESA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	258848	UNIDADE	600	R\$ 1,80	R\$ 1.080,00
62	PAPEL CREPOM BRANCA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	248115	UNIDADE	600	R\$ 1,78	R\$ 1.068,00
63	PAPEL CREPOM LARANJA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	290253	UNIDADE	600	R\$ 1,71	R\$ 1.026,00
64	PAPEL CREPOM LILÁS: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	248122	UNIDADE	600	R\$ 1,77	R\$ 1.062,00
65	PAPEL CREPOM PRETO: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	248120	UNIDADE	600	R\$ 1,71	R\$ 1.026,00
66	PAPEL CREPOM VERDE: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	248118	UNIDADE	600	R\$ 1,70	R\$ 1.020,00
67	PAPEL CREPOM AZUL CELESTE: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	360164	UNIDADE	600	R\$ 1,77	R\$ 1.062,00
68	PAPEL CREPOM ROSA: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	248123	UNIDADE	600	R\$ 1,74	R\$ 1.044,00

69	PAPEL CREPOM VERMELHO: Material: Celulose Vegetal Gramatura: 18 G/M2 Comprimento: 2 M Largura: 48 cm - 600	248121	UNIDADE	600	R\$ 1,78	R\$ 1.068,00
70	PILHA / AA: Tamanho: Pequena Modelo: Aa Não Recarregável Alcalina 1,5 V - 300 EMBALAGENS C/ 2 UNIDADES	363401	EMBALAGEM	300	R\$ 5,41	R\$ 1.623,00
71	PILHA AAA: Tamanho: Palito Modelo: Aaa Não Recarregável Alcalina 1,5 V - 400 EMBALAGENS C/ 2 UNIDADES	419860	EMBALAGEM	400	R\$ 3,66	R\$ 1.464,00
72	PINCEL ATÔMICO AZUL: Material: Plástico Tipo Ponta: Feltro Tipo Carga: Recarregável Cor Tinta: - 25 CX C/ 12 UND	202036	CAIXA	25	R\$ 49,53	R\$ 1.238,25
73	PINCEL ATÔMICO PRETO: Material: Plástico Tipo Ponta: Feltro Tipo Carga: Recarregável Cor Tinta: Preta - 25 CX C/12 UND	202037	CAIXA	25	R\$ 50,33	R\$ 1.258,25
74	PINCEL ATÔMICO VERMELHO: Material: Plástico Tipo Ponta: Feltro Tipo Carga: Recarregável Cor Tinta: Vermelha - 25 CX C/ 12 UND	202039	CAIXA	25	R\$ 50,43	R\$ 1.260,75
75	PINCEL PARA PINTAR: Pincel Arte Plástica Material Cerdas: Poney Tipo Cabo: Longo Tamanho: 10 Formato: Redondo - 400	224134	UNIDADE	400	R\$ 3,33	R\$ 1.332,00
76	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL VERMELHO E COM REGARGA: Pincel Quadro Branco / Magnético Material: Plástico Ponta: Feltro Tipo Recarregável Cor: Vermelha Ponta Retrátil 6 Mm - 170 CX C/ 12 UND. Referência V Board Master Recarregável Pilot	345054	CAIXA	170	R\$ 181,21	R\$ 30.805,70
77	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL E COM REGARGA AZUL: Pincel Quadro Branco / Magnético Material: Plástico Ponta: Feltro Tipo Recarregável Cor: Azul Ponta Retrátil 6 Mm - 170 CX C/ 12 UND. Referência V Board Master Recarregável Pilot	345055	CAIXA	170	R\$ 181,17	R\$ 30.798,90
78	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL E COM REGARGA PRETO: Pincel Quadro Branco / Magnético Material: Plástico Ponta: Feltro Tipo Recarregável Cor: Preta Ponta Retrátil 6 Mm - 170 CX C/ 12 UND. Referência V Board Master Recarregável Pilot	345053	CAIXA	170	R\$ 183,44	R\$ 31.184,80
79	RECARGA PARA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL - AZUL: Refil Tinta Material: Tinta Cor Azul Capacidade: 5,50 ML Aplicação: Pincel Quadro Branco	392220	UNIDADE	1000	R\$ 7,05	R\$ 7.050,00
80	RECARGA PARA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL - PRETO: Refil Tinta Material: Tinta Cor Preto Capacidade: 5,50 ML Aplicação: Pincel Quadro Branco	392221	UNIDADE	1000	R\$ 7,06	R\$ 7.060,00
81	RECARGA PARA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL - VERMELHO: Refil Tinta Material: Tinta Cor Vermelho Capacidade: 5,50 ML Aplicação: Pincel Quadro Branco	392222	UNIDADE	1000	R\$ 7,00	R\$ 7.000,00
82	PRATO DESCARTAVEL: Plástico Refeição Características Adicionais: Descartável Diâmetro: 15 Cm Cor: Branca. Pacote com 10 unidades	364463	PACOTE	200	R\$ 1,99	R\$ 398,00

83	RÉGUA 30 CM: Material: Plástico Cristal :30cm Incolor Transmitância: Transparente Tipo Material: Flexíve - 100	251436	UNIDADE	100	R\$ 1,46	R\$ 146,00
84	RÉGUA 50 CM: Material: Plástico Reciclado Comprimento: 50 Cm Cor: Incolor Graduação: Milimetrada - 100	435081	UNIDADE	100	R\$ 3,74	R\$ 374,00
85	ROLO DE BARBANTE SISAL: Material: Sisal Cor: Natural Diâmetro: 1,50 Mm. Rolo com 300 metros	416792	ROLO	60	R\$ 34,68	R\$ 2.080,80
86	TESOURA 10 POLEGADAS: Material: Aço Inoxidável Comprimento: 10 Cm Material Cabo: Polipropileno - 100	288680	UNIDADE	100	R\$ 9,47	R\$ 947,00
87	TESOURA 8 POLEGADAS: Aço Inoxidável Comprimento:8Pol Caract Adicionais: Tipo Escolar Com Ponta Arredondada - 100	464170	UNIDADE	100	R\$ 8,32	R\$ 832,00
88	TINTA GUACHE: Cor: Diversas Caracter Conjunto C/ 6 Frascos De 15 Ml Cada: Resina Vinícula/Água/Pigmento/Cargas E Conservante - 100 cx com 6 unidades	375733	CAIXA	100	R\$ 4,57	R\$ 457,00
89	TNT AMARELO: Gramatura: 45 G/M2 Cor: Amarelo Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	456763	ROLO	6	R\$ 60,54	R\$ 363,24
90	TNT AZUL: Gramatura: 45 G/M2 Cor: Azul Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	456726	ROLO	6	R\$ 58,85	R\$ 353,10
91	TNT BRANCO: Gramatura: 45 G/M2 Cor: Branca Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	435822	ROLO	6	R\$ 62,72	R\$ 376,32
92	TNT LARANJA: Gramatura: 45 G/M2 Cor: Laranja Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	456725	ROLO	6	R\$ 60,97	R\$ 365,82
93	TNT LILÁS: Gramatura: 40 G/M2 Cor: Lilás Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	377774	ROLO	6	R\$ 59,91	R\$ 359,46
94	TNT PRETO: Gramatura: 45 G/M2 Cor: Preto Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	456710	ROLO	6	R\$ 58,81	R\$ 352,86
95	TNT ROSA: Gramatura: 40 G/M2 Cor: Rosa Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	377595	ROLO	6	R\$ 60,62	R\$ 363,72
96	TNT VERDE: Gramatura: 45 G/M2 Cor: Verde Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	456703	ROLO	6	R\$ 62,43	R\$ 374,58
97	TNT VERMELHO: Gramatura: 45 G/M2 Cor: Vermelho Largura: 1,40 M - 6 ROLOS 50 metros	456704	ROLO	6	R\$ 56,69	R\$ 340,14
98	TOUCA DESCARTÁVEL: Tipo: Descartável Tnt Branca Aplicação Cozinha Industrial tamanho Único Com Elástico - 20 PACOTES COM 100 UND	369561	PACOTE	20	R\$ 8,03	R\$ 160,60

99	PAPEL VEGETAL: Papel Manteiga Celulose Vegetal Gr: 40 G/M2 ComP 420 CM Largura: 297 CM Cor: Branca : A3 Aplicação: Desenho Técnico - 20 EMBALAGEM COM 50 folhas	246437	EMBALAGEM	20	R\$ 36,49	R\$ 729,80
100	PISTOLA DE COLA QUENTE: PISTOLA APLICADORA, POTÊNCIA:40 W, VAZÃO:0,45 KG/H, TEMPERATURA TRABALHO:200 °C, APLICAÇÃO: REVESTIMENTO EMBALAGENS, TIPO:PISTOLA COLA QUENTE	614153	UNIDADE	50	R\$ 19,41	R\$ 970,50
101	BASTÃO DE COLA QUENTE: COLA, COMPOSIÇÃO:SILICONE, APLICAÇÃO:PISTOLA QUENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM 11 MM DE DIÂMETRO E 30 CM DE COMPRIMENTO, TIPO:BASTÃO - 50 PACOTES 1KG	284808	PACOTE	50	R\$ 38,12	R\$ 1.906,00
102	FITA ADESIVA LARGA: FITA ADESIVA EMBALAGEM, MATERIAL: RESINA E BORRACHA SINTÉTICA, COMPRIMENTO:50 M, LARGURA:50 MM, COR:INCOLOR	405861	UNIDADE	1200	R\$ 4,37	R\$ 5.244,00
103	Prancheta Escolar, Madeira, Prendedor Metalico/Plastico, Tamanho A4, Oficio, Embalagem 1.0 Unidade	413335	UNIDADE	50	R\$ 8,52	R\$ 426,00
104	FITA DUPLA FACE: FITA, MATERIAL:POLIURETANO, LARGURA:19 MM, COMPRIMENTO:20 M, COR:BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FITA DUPLA FACE 3M, TRANSPARENTE	614251	UNIDADE	100	R\$ 85,35	R\$ 8.535,00
105	CAFÉ 1ª QUALIDADE, TORRADO E MOIDO, TORRAÇÃO MÉDIA, EM EMBALAGEM A VÁCUO DE 250 GRAMAS, COM SELO SUPERIOR DE PUREZA E QUALIDADE DA ABIC: Bebida pura; sabor intenso; sem amargor; pó homogêneo; do tipo superior; 100% café arábica, em embalagem a vácuo de 250 gramas, com registro da data de fabricação e validade estampada no rótulo da embalagem. Padrão superior, a marca deve possuir certificado no PQC programa de qualidade do café, da ABIC, em plena validade, e laudo de análise assinado por laboratório especializado, com nota de qualidade global mínima de 6,0 e máxima de 7,2 na escala sensorial do café, e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza, café de primeira linha do tipo superior. Embalagem tipo alto vácuo; atóxica, limpa, íntegra, sem amassados, sem estufamentos, sem trincas, sem quebras, sem ferrugem, pacote tipo tijolinho. A embalagem deve atender a um dos seguintes critérios de sustentabilidade: papel certificado pelo selo FSC ou indicar a simbologia de descarte seletivo (Conforme, ABNT NBR 16182/2013)	463594	pacotes de 250g	1800	R\$ 19,99	R\$ 35.982,00
106	AÇÚCAR CRISTAL BRANCO DE 1ª QUALIDADE – KG dissolução rápida granulométrica fina, branco, origem vegetal puro, sem corantes, sem umidade ou empedramento e com cristais bem definidos composto de sacarose de cana de-açúcar, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitos e de detritos animais e vegetais. Embalagem: saco de polietileno atóxico, resistente, contendo peso líquido de 1000 gramas.	401656	KG	1000	R\$ 4,96	R\$ 4.960,00
107	Lixeira Multiuso Com Pedal E Tampa, Com capacidade de 30 litros, de material plástico preto e acionada por pedal	629855	UND	35	R\$ 67,42	R\$ 2.359,70
VALOR TOTAL (R\$)						386.721,81

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. o parcelamento do objeto, portanto, é a regra nas contratações públicas.

9.2. Considerando as especificidades do presente objeto a equipe de planejamento da contratação chegou a conclusão de que o parcelamento do objeto em itens é a solução mais técnica e economicamente viável, não representando perda de economia de escala. Essa solução visa, principalmente, propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

9.3. Por fim, pontua-se que havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, a regra geral é realizar a adjudicação por itens, tal qual previsto na Súmula TCU nº 247: “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O Plano de Desenvolvimento Institucional é o documento que aponta as medidas e objetivos do IFCE a médio e longo prazo, sendo a presente contratação importante instrumento para a consecução dos objetivos e metas definidos no PDI, sobretudo aquelas ligadas à melhoria dos indicadores de qualidade do Ensino e à redução da evasão discente e redução do número de estudantes retidos.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com a aquisição do material de expediente em questão a Administração poderá suprir as demandas oriundas das demandas cotidianas referente ao ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas que constituem o IFCE Campus Iguatu.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não há nenhuma necessidade de adaptação direta ao ambiente físico para aquisição de material de expediente.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não se verificou possíveis impactos ambientais advindos da presente aquisição. No entanto, com vistas ao desenvolvimento nacional sustentável e para mitigar eventuais imprevistos, os fornecedores deverão observar as normas e orientações em relação à adoção de critérios e procedimentos ambientais, tais como:

- a) Utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- b) Priorizar o emprego de mão-de-obra, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação do objeto;
- c) Para a destinação final dos resíduos a contratada deverá seguir o que estipula a determinação do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, através da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, em conformidade com o modelo especificado pelo órgão competentes locais;
- d) Utilizar agregados reciclados, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais. Todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNTNBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004; e
- e) Utilizar materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (PBDEs).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Dentro da necessidade demonstrada em tópicos alhures neste ETP, e levando em consideração o objeto pretendido, nota-se que não há restrições à contratação pretendida. Ainda, no que tange a modalidade licitatória escolhida, qual seja, Pregão Eletrônico, essa mostra-se a mais aceitável, dentre as modalidades licitatórias trazidas pela lei, pois detém também a melhor performance, sendo o melhor tipo de licitação a ser utilizada para a futura contratação.


Quanto ao preço auferido, nota-se que a escolha de estimativa de preços se mostra adequada e segura, dentro da realidade institucional do IFCE, Campus Iguatu. Desse modo, há viabilidade quanto à contratação pretendida.

Por fim, ressalva-se que cabe a Administração Geral do IFCE, Campus Iguatu, analisar e ratificar esse estudo técnico. Inclusive, salienta-se que utilizada a modalidade licitatória pregão, a Administração poderá decidir, administrativamente, se utilizará o sistema de registro de preços (SRP) para a aquisição. Tal escolha comporta análise de critérios e quesitos administrativos-orçamentários, cuja decisão deve ser feita pela alta gestão do IFCE, Campus Iguatu, na busca de melhor alocar os recursos que serão utilizados na contratação. Após isso, a Administração dará a palavra final sobre a continuidade do processo.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).


Despacho: PORTARIA Nº 1198/DG-IGU/IGUATU, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026.

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCO JESSE CARNEIRO LIMA
Data: 27/03/2026 10:07:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FRANCISCO JESSE CARNEIRO LIMA

Membro da comissão de contratação


Despacho: PORTARIA Nº 1198/DG-IGU/IGUATU, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCO KLEBER BANDEIRA
Data: 27/03/2026 13:05:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FRANCISCO KLEBER BANDEIRA

Membro da comissão de contratação

Despacho: PORTARIA Nº 1198/DG-IGU/IGUATU, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026.

Documento assinado digitalmente
 ANTONIO NUNES PEREIRA
Data: 27/03/2026 12:58:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANTONIO NUNES PEREIRA

Membro da comissão de contratação

